

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

***Processos de Interdição: Reflexões de uma
acadêmica de Serviço Social***


Marly Venzon Tristão
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSO

***Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social -
Assistente Social, orientado pela
Professora Dra. Regina Célia Tamaso
Mioto.***

Andréia Daiana Santos

Florianópolis, novembro de 1999

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito... não somos o que deveríamos ser, mas graças a Deus, não somos mais o que éramos.

Martin Luther King.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, que mesmo distante acompanharam minha formação acadêmica e realização deste trabalho, nunca medindo esforços para que meus sonhos se concretizassem - em todos os momentos: incentivando, compreendendo e apoiando. Para vocês: o meu amor, a vitória e minha eterna gratidão.

A amiga Annemarie, exemplo de determinação e persistência: a minha amizade, a minha admiração e o meu " **MUITO OBRIGADO** ".

As colegas: Adriana, Ana Paula, Chica, Iraci, Mariela, Rúbia Carla, Rúbia Schmidt e ao amigo José Roberto, pelos risos, festas e a cumplicidade estabelecida ao longo deste tempo. Sentirei saudades !!!

Ao meu namorado André, pelo carinho, pela paciência e por tudo que já representa. Você é muito importante pra mim !!!

A orientadora deste trabalho, professora Regina Célia, pela disponibilidade, atenção, estímulo, compreensão, imenso saber comigo compartilhado: meu mais sincero agradecimento.

Enfim, à *todas as pessoas* que de forma direta ou indireta estiveram presentes no meu processo acadêmico e que com amizade e otimismo participaram desta trajetória.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
 <i>CAPÍTULO I - Resgate Histórico Do Conceito De Cidadania.....</i>	13
1.1 Conquistas Contemporâneas Da Cidadania Brasileira	21
 <i>CAPÍTULO II - O Serviço Social junto as Ações de Interdição</i>	28
2.1 O Serviço Social no Fórum de Florianópolis.....	33
2.1.1 Estudo Social	36
2.1.2 Passos para a elaboração dos estudos sociais em processos judiciais	39
2.1.3 Utilização de técnicas de abordagem individual - Entrevista	40
2.1.4 Elaboração de relatório e Parecer Técnico.....	43
 <i>CAPÍTULO III - Relato dos pareceres das Ações de Interdição e questões éticas relacionadas à eles</i>	47
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 99

ANEXOS 101

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, mais que por uma exigência para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, justifica-se pela relevância e pertinência do tema a que se propõe desenvolver, já que trabalhos que enfoquem, especificamente, questões que girem em torno do Processo de Interdição, ao menos no que diz respeito ao Serviço Social, são quase inexistentes.

Em função da realização de estágio curricular obrigatório, tomamos parte, durante três semestres, da rotina/processo de trabalho do Serviço Social junto à Vara da Família - Fórum - Comarca de Florianópolis - período no qual pudemos acompanhar inúmeros atendimentos de demandas específicas, como separações judiciais, pedidos de guarda, regulamentação de visitas, pensão alimentícia, destituição de pátrio poder, interdições, etc.

Através de um levantamento referente aos temas até então desenvolvidos em trabalhos de conclusão de curso por estagiárias que por ali haviam passado, foi possível concluir que algumas temáticas mostravam-se reincidentes, sendo que outras - como no caso dos

processos de interdição - sequer haviam sido pensados enquanto possibilidade de objeto de investigação. Trocando idéias com a , na época estagiária, Valéria do Carmo - a idéia de centrar atenções nesse objeto veio sendo, paulatinamente, construída.

A idéia do que, afinal, seria o objetivo máximo - ou a utopia (como meta possível de ser alcançada) do Serviço Social - a conquista e a garantia da cidadania, igualmente trouxeram questionamentos em torno de pensar de que forma poderíamos pensar a cidadania para pessoas que teriam restringidos de si, seus direitos civis e políticos.

Cremos que os motivos supracitados sejam suficientes para justificar que o tema em questão consiste em algo que deva ser pensado com maior seriedade pelo Serviço Social (mas não somente), já que o processo de interdição em si representa o topo de um 'iceberg'. Trata-se de um processo muito mais complexo do que é possível, juridicamente, conceber.

Como toda nova temática, todas as delimitações e enfoques seriam possíveis. Certamente, há um processo social problemático implícito por trás da vida individual de cada pessoa que sofre interdição, que certamente seria de uma riqueza ímpar pesquisar.

Como pioneiro, este trabalho tão somente objetiva 'lançar a temática em jogo' - definir interdição, pontuar de que forma o processo é conduzido - resgatar o conceito de cidadania e problematizar algumas questões éticas.

A reflexão parte da experiência que como estagiária, a autora teve com 07 (sete) processos de interdição - que foram alvo de perícia e elaboração de parecer social do de Serviço Social do Fórum, no período de março de 1998 a agosto de 1999. Trata-se de processos que pudemos acompanhar e contribuir na elaboração de Estudos Sociais. São fruto de visitas domiciliares e entrevistas não-diretivas com pessoas - familiares ou não - que seriam prováveis curadores. Possui um cunho basicamente qualitativo e requisitou revisão bibliográfica acerca do tema em pauta. Nesta perspectiva, o presente trabalho somente toma como referência os estudos, não constituindo no entanto, em uma análise da prática. A perícia do Serviço Social nas ações de Interdição é realizada dentro das exigências do judiciário e dentro dos princípios éticos do Serviço Social.

Para tanto, o trabalho encontra-se estruturado em 3 capítulos.

O primeiro capítulo, pois, seguindo a lógica interna de articulação das idéias, resgata a trajetória do conceito de cidadania. No segundo capítulo, com objetivo de trazer aos leitores uma visão da dinâmica das ações de interdição, serão apresentados o conceito de interdição e o processo de trabalho do Serviço Social no Fórum - Vara da Família. No terceiro capítulo, serão apresentados os estudos sociais dos quais a autora participou, e a partir destes, serão levantadas algumas questões éticas relativas aos processos. Considerações finais e referências bibliográficas serão, posteriormente, apresentados.

Nosso objetivo maior com este trabalho é despertar a atenção de alunos e profissionais de Serviço Social para a riqueza que o desvendamento desse objeto pode trazer consigo: quais as implicações, e como lidar com situações que envolvam paradoxos intrínsecos a questões da interdição no contexto da cidadania? Como pensar as ações de interdição, se muitas vezes as questões à ela relacionadas extrapolam o momento desta ação? Não possuímos respostas. A partir deste trabalho apenas levantamos tais questionamentos.

CAPÍTULO I

'Resgate histórico do conceito de cidadania'

O conceito de cidadania em si é amplo e pode estar se referindo tanto a direitos e deveres de indivíduos quanto de grupos.

Cidadania é um processo que começou nos primórdios da humanidade, não é algo pronto, acabado. Ela se efetiva num processo de conhecimento e conquista dos direitos humanos.

Inúmeros são os direitos que deveriam ser naturais de todo ser humano: o direito à vida, à igualdade, etc; independentemente de cor, sexo, religião ou nacionalidade.

Ser cidadão significa ser nascido ou naturalizado num estado e estar sujeito a direitos e deveres desse mesmo estado. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida em sociedade.

Não podemos deixar de citar a importância da "EDUCAÇÃO" como condição indispensável para a efetivação da cidadania. Tarefa esta que deve ser realizada com muita seriedade, pois se sofremos passivamente as consequências do despreparo do atraso, é porque a educação não cumpriu o seu papel. Todos os cidadãos têm seus direitos e deveres. Em primeira instância é necessário que se conheça esses direitos e deveres.

Quando falamos em "CIDADANIA", logo passamos a lembrar também de outras categorias como "LIBERDADE" e "IGUALDADE", justamente porque a luta por esses preceitos pode conduzir à aquisição e ampliação dos mais diversos direitos, nos mais diversos níveis.

A cidadania exige que o cidadão:

- Acredite e invista no trabalho social;**
- cumpra com os direitos e deveres sociais, políticos e civis;**
- trabalhe com responsabilidade;**
- tenha indignação pelas misérias sociais e busque soluções;**
- busque e assegure resultados, como compromisso ético;**
- pense globalmente e aja localizadamente;**
- seja pluralista e universal para não excluir;**
- considere a autonomia de todos e a diferença entre nós como fatores indispensáveis ao equilíbrio e ao fortalecimento da nação;**
- acompanhe como participante os resultados dos trabalhos realizados pelos candidatos escolhido através da leitura de jornais, revistas, etc.;**

- evite o individualismo e o egocentrismo no convívio social;
- respeite o patrimônio nacional;
- vote com responsabilidade;
- desenvolva integridade, honestidade;
- seja justo.

Mas a "evolução" da cidadania trilhou por um caminho bastante complexo e, historicamente, foi diferente em termos de método, forma e conteúdo.

Infelizmente, no Brasil e no mundo, nem sempre os direitos humanos foram respeitados; ao contrário, foram diariamente violados.

Vejamos como estas diferenças vem se configurando no decorrer da história do nosso país:

No período colonial, por exemplo, a cidadania nem sequer "engatinhava". Buscava-se somente "CONDIÇÕES MÍNIMAS" de trabalho, e tentar libertar as colônias do jugo da metrópole. Eram fragmentos de cidadania. Há de se considerar porém que mesmo que o almejado fossem coisas elementares (como o direito a vida e ao trabalho), essas lutas representaram, para a época, um grande avanço:

eram contestatórias, transformadoras e colocaram em xeque a ordem política vigente.

Na fase do império, a cidadania se amplia, e surgem as lutas pelo trabalho livre.

Até a primeira metade do século XIX, as reivindicações igualitárias no Brasil, só abordavam questões sócio-econômicas - não almejando mudanças políticas - nada se falava sobre o regime jurídico, que instituía a escravidão.

Somente na segunda metade deste mesmo século, é que começou a se pensar em acabar com o trabalho escravo no país. A proposição era de que os escravos se tornassem CIDADÃOS DE DIREITOS - trabalhadores livres e assalariados. Como não havia estrutura para tanto (as desigualdades sociais eram gritantes), a abolição da escravatura acabou por tornar os escravos, trabalhadores servis - quando não desempregados.

Nesta época, "SER CIDADÃO", era Ter "POSSES", e os pobres e escravos lutavam por fragmentos mínimos de cidadania (que era tutelada).

A cidadania do período republicano porém, trouxe fatos novos - os sujeitos tinham somente direito à cidadania política. A participação popular não existia. Várias pessoas eram excluídas do exercício da cidadania. A marginalização do povo criou uma cultura política segmentada, amorfa e difusa. O Estado tudo organizava.

Foi somente no século XX, em função de uma série de novas demandas que surgiam, que a luta pela cidadania se ampliou. Reivindicava-se direitos sociais para os trabalhadores, eleições "limpas", o direito ao voto.

"Podemos considerar o voto como uma arma de cidadania em função de quase todos os cidadãos, independentemente de sexo, cor, religião e condição econômica, escolherem seus representantes. Daí sua extrema importância. O ato de votar requer o pensar, o refletir, o questionar. Votar é uma das formas de exercer cidadania" (Voto e cidadania - CNI, SESI, SENAI, IEL).

O trabalhador passa a ser visto como sujeito de direitos e deveres legitimados pela legislação. Tudo isso, porém, não surgiu por acaso: foram as lutas travadas pelos trabalhadores que conquistaram as leis surgidas.

No período populista, a cidadania se expressava através do voto (direitos civis). Este, poderia desencadear a conquista de direitos sociais, na medida em que o povo, através de pressão organizada, viesse a exigir a melhoria coletiva.

Sem sombra de dúvida, foram os anos 80 (fim do regime militar), que abriram novos tempos para a cidadania - justamente em função do momento político. Buscava-se mudanças, nos mais diversos níveis , pois a insatisfação era generalizada.

Várias conquistas foram efetivadas: a iniciativa popular, o plebiscito. O autoritarismo do sistema vigente paulatinamente caía. Buscava-se uma sociedade diferente sem discriminações, exclusões ou segmentações. As demandas existentes não eram novas. O "novo" foi o modo de equacionar e encaminhar as mesmas.

Tentava-se resgatar, em termos de movimentos sociais, valores como direitos humanos de cidadania, liberdade de expressão e autonomia. Buscava-se a cidadania em seu sentido amplo: valores morais, terreno econômico e político. Buscava-se "QUALIDADE", e não apenas direitos.

Na década de 80, a crise é bastante visível, e a pressão da sociedade civil é decisiva para a queda do regime militar. Trata-se de uma década de grandes conquistas em termos de direito: é promulgada a Constituição Federal de 1988, que abre caminhos para a efetivação de uma série de direitos (saúde, educação, assistência social).

Se, por um lado a década de 80 foi uma avanço em relação ao conceito amplo de cidadania, por outro, foi uma "década perdida" no que tange a economia.

Esta peculiaridade da década de 80, abre caminhos para que as discussões da década de 90 sejam outras.

Com a chegada dos anos 90, as lutas pela cidadania tornavam-se cívicas, pluriclassistas, supra-partidárias (contra a corrupção, a fome, a favor da solidariedade).

Nos anos 90, enfatiza-se a ética, a moral e a dignidade. Políticas neoliberais foram assimiladas pela população. Os movimentos sociais (dado a conjuntura), estão em crise - buscam novos rumos.

Há grandes diferenças nas lutas travadas nos anos 80, quando comparadas aos anos 90. Nos anos 80 buscava-se mudanças político-sociais de ordem estrutural. Junto aos movimentos de luta a sociedade ganhou em organização. Foi exatamente este fator que modificou o contexto (e as buscas) dos anos 90.

Com o povo tão marcado por uma economia instável e amorfa, a grande preocupação da década de 90, foi "estabilizar a economia". Surge o plano real. A inflação "cessa". Para alguns melhorou bastante, para outros, menos - "mas que melhorou, melhorou" - diz FHC num de seus pronunciamentos em cadeia nacional.

Não há como negar porém, que houve grandes conquistas, coletivas nos anos 70, 80 e 90. Os homens (ainda que não de forma plena), se colocam como SUJEITOS de sua própria história. A concepção de cidadania que resulta deste cenário, busca corrigir diferenças instituídas, destacando o valor da igualdade, enfocando a questão dos direitos sociais.

1.2 CONQUISTAS CONTEMPORÂNEAS DA CIDADANIA BRASILEIRA.

O Estado brasileiro possui historicamente um estilo burocrático patrimonialista, que favoreceu a centralização administrativa e subordinou a sociedade - tornando-a dependente.

Toda essa tradição foi colocada em xeque nos anos 70,80 e 90, visto que a sociedade veio, paulatinamente, garantindo seu espaço e construindo uma cidadania ativa, participativa. Uma das formas conseguidas foi a formação de conselhos populares, comunitários, temáticos, institucionalizados.

- POPULARES:** mais escassos - iniciativa da sociedade civil.
População organizada.
- COMUNITÁRIOS:** criados à partir de decretos governamentais. Envolvem o povo e o governo. Diz respeito a um jogo político de cada localidade.
- INSTITUCIONALIZADOS:** Buscam disciplinar os preceitos constitucionais, após a Constituição brasileira de 1988. Ex: Conselhos Tutelares.

- **TEMÁTICOS:** Não dependem da capacidade de mobilização da população. Atuam em parceria com o poder público. Sua implementação é difícil, lenta, normatizada. Espaço de democracia e cidadania. Ex: saúde, educação, lazer, habitação.

Hoje, os conselhos representam novas formas de integração social, embora haja uma série de questões a serem pensadas e discutidas em relação a seus objetivos e sua operacionalização.

Enfim, a questão da cidadania nunca percorreu uma trajetória linear, sempre foi reflexo do próprio contexto social e histórico existente, evidenciando a forma como os direitos civis, sociais, morais, éticos, econômicos e políticos eram concebidos e equacionados em dados momentos históricos.

Há que se pontuar porém, algumas questões relevantes surgidas neste decorrer.

Desde o período colonial, a questão da cidadania vem recebendo forma e conteúdos diversos. Segundo anteriormente citado, houve tempos em que o CIDADÃO era somente aquele que tivesse "POSSES", e momentos ainda, em que mulheres, jovens, idosos,

mendigos e analfabetos (a maioria da população) eram usurpados de sua cidadania (exercida pelo voto), não podendo participar e decidir sobre o "destino" de suas vidas, em um nível ou outro.

Passamos de um período colonial para um imperial, com avanços e recuos em termos de ampliação da cidadania. Chegando o regime republicano, conseguimos por volta de 1930, uma série de avanços em termos de legislação trabalhista - fruto de um árduo e contínuo processo de luta dos trabalhadores.

Com a ascensão do regime militar e a adoção de uma postura estatal centralizadora e autoritária, a cidadania sofre mais uma vez, um retrocesso. Direitos civis, políticos são usurpados, e o Estado acaba por coibir qualquer organização mais efetiva da sociedade civil. Por outro lado, dado o autoritarismo, há muitos focos de resistência e inquietação - ocorrem exílios, perseguições e prisões generalizadas.

A organização da sociedade civil nos anos 90 é quase inexpressiva. Os interesses dos cidadãos e de certos grupos sociais, são substituídos por interesses mais globais, como o combate a fome, a violência e a corrupção. A sociedade como um todo, incorpora essas

lutas, e não somente alguns segmentos. Há que se questionar alguns pontos:

Em primeiro lugar, alguns autores colocam que tais interesses são supra-partidários, na medida em que estão vinculados aos interesses de um ÚNICO GRUPO. Em termos. Se tomarmos como exemplo a campanha da Cidadania, verificaremos que mesmo que não haja um caráter político partidário explícito, há um caráter ideológico que o norteia, pois não há neutralidade. Sempre há um conjunto de interesses permeando qualquer relação social que se estabeleça.

Em segundo lugar, lutar por todas essas questões, realmente é mister da sociedade como um todo (é ela própria que desencadeia essas desigualdades...), mas não há como negar que o interesse maior é daqueles que sofrem violência, passam fome, não tem moradia. Como afirmar que não há um caráter de classe?

Uma vez pontuadas estas questões, permitimo-nos elaborar um próprio conceito de CIDADANIA.

CIDADANIA como exercício efetivo de uma série de direitos - civis, políticos, sociais, conquistados no decorrer de todo um processo histórico de lutas.

Pensar em cidadania é pensar em direitos sociais, políticos e civis, em dignidade de vida e qualidade no acesso a bens e serviços. Ser um cidadão é ter garantido por lei, essa dignidade, e que esta se faça presente no mundo real. Exercer cidadania é poder decidir o destino de sua vida, votar, participar, se educar, ter saúde, lazer, ser respeitado em suas diferenças, visto que a realidade é plural e heterogênea. Esse é o esboço do "nosso" cidadão, embora inquestionavelmente, seja difícil e complexo pensar em dignidade e igualdade dentro de uma estrutura sócio-econômica, pautada no domínio de uns sobre os outros, e que "sobrevoa" justamente em função deste domínio e exploração...

Dentro deste contexto, SER CIDADÃO então, é lutar por melhores e mais dignas condições de vida e trabalho - é fazer-se sujeito do processo social no qual está inserido, para que (quem sabe um dia!) paulatinamente, possa ser construída uma sociedade mais justa e igualitária, em outros moldes.

"Atualmente o conceito de cidadania ampliou-se, para abranger todos aqueles que tem um lugar ao sol. São os incluídos no laço social e que recebem proteção do Estado. São aqueles que

têm autonomia de vontade, poder de arbítrio sobre o ir e vir e sujeito participante do processo histórico político."(Prof. Rodrigo da Cunha Pereira).

Este capítulo abordou a categoria cidadania, sua construção, forma e contextualização em diferentes épocas. A nossa questão agora é como tratar de "CIDADANIA" a partir dos impactos da interdição, onde, os indivíduos de alguma forma perdem o direito de exercer a sua cidadania plena. A seguir, será apresentada a explanação da dinâmica do Serviço Social no Fórum - Vara da Família, Comarca de Florianópolis, na realização da perícia e posterior elaboração de parecer técnico enviado ao juiz para sentença final dos processos.

CAPÍTULO II

"O Serviço Social junto às Ações de Interdição"

CAPÍTULO II

Neste capítulo abordaremos a questão da interdição, conceituando-a e definindo-a de acordo com suas implicações , em seguida traçaremos um perfil do processo de trabalho do Serviço Social no Fórum Comarca de Florianópolis e posteriormente, a explanação do Estudo Social realizado pelos Assistentes Sociais tratado neste trabalho como "Perícia" e elaboração de parecer técnico ao juiz para finalização dos processos.

Enquanto por um lado, o Serviço Social trabalha no intuito de promover a justiça social e o exercício da cidadania, em dado momento encontra-se com uma demanda através do qual enfrentará situações que colocam em xeque a cidadania no seu sentido pleno.

Para tornar mais clara tal afirmação, tentaremos elucidar o "sentido" da "INTERDIÇÃO", tratada no presente trabalho como a perda da plenitude da cidadania dos indivíduos.

Resgatando o conceito de "INTERDIÇÃO", podemos a princípio defini-la como privação judicial de alguém, reger sua pessoa, bens e direitos.

Segundo Santiago Júnior: *"Interdição é o ato pelo qual através de uma sentença que se segue ao processo próprio, alguém é julgado incapaz para certos ou para todos os atos da vida civil e se lhe é dado um curador que regerá a sua pessoa e bens na forma da lei". (1998, p. 365).*

"Além de pessoas portadoras das anomalias psíquicas e morais definidas no art. 466 do Código Civil, serão submetidos a curatela também os toxicômanos... Embora de uma ampliação bem mais exigível hoje do que ao tempo de sua entrada em vigor, o mencionado estatuto se mostra um tanto utópico diante das precárias condições dos estabelecimentos de saúde dos dias atuais".(CARVALHO, 1995, p:90).

Dentre os excluídos estão considerados aqueles incapazes de praticar atos da vida civil, ou seja, aqueles que não tem sua vontade determinada por si mesmos. São incapazes de reger sua própria vida.

No discorrer deste tema, algumas indagações vem à tona a respeito da interdição. Por que precisa-se legitimar situações que de fato às vezes acontecem (pessoas que de fato já atuam como curadores) ?

Rodrigo da Cunha Pereira, advogado e professor de Direito de Família da PUC/MG nos responde: "A curatela é o encargo conferido a uma pessoa para reger outra e administrar-lhe os bens. É um instituto decorrente da interdição que, por sua vez, advém de um ato judicial.

Diante da necessidade de se preservar a segurança das relações jurídicas é primordial que se legitime o exercício da curatela, dessa forma, garantir-se-ão os interesses do curatelado - na medida em que a curador deverá apresentar balanços anuais, especialização de hipoteca, etc., (Art.442 e ss. do CCB e Art. 1187 e ss. do CPC) - e de terceiros, no tocante a ineficácia de qualquer ato realizado pelo curatelado)". (SIC)

Enquanto profissão comprometida com a justiça, a garantia dos direitos individuais e de, modo mais amplo, com a conquista e a construção da cidadania, tais procedimentos não poderiam deixar de suscitar nosso interesse.

Achamos importante também, no decorrer do trabalho, estabelecer o conceito de "tutela" e "curatela", bem como diferenciá-las, já que é costumeira a confusão entre ambas.

"Tutela é o encargo conferido por lei a uma pessoa capaz para cuidar do menor e administrar seus bens. Destina-se a suprir a falta do pátrio poder e tem caráter assistencial. Curatela ou curadoria é o cargo conferido pela autoridade pública a alguém para reger a pessoa e bens, ou tão somente os bens, de pessoas emancipadas que por si mesmo não podem fazer, impossibilitadas por uma causa determinada."(JÚNIOR, 1998, p.361-397)

Apesar das duas terem o mesmo intuito, ou seja, proteger um incapaz, elas diferem no que diz respeito à pessoa que visa proteger. Assim:

"Se de um lado a tutela, como já vimos, visa dar proteção ao menor órfão ou cujos pais decaíram do pátrio poder, a curatela tem por objetivo principal proteger os maiores que por quaisquer circunstâncias se tornam incapazes à gestão de seus bens ou na defesa de sua própria pessoa nas relações jurídicas em que vêm envolvidos". (JÚNIOR, 1998: 397)

A partir dessas definições o autor Santiago Júnior, consegue definir melhor as diferenças entre tutela e curatela:

a) A tutela é destinada a menores de vinte e um anos de idade, enquanto a curatela é deferida, em regra, a maiores;

- b) A tutela pode ser testamentária, co nomeação de tutor pelo pai, mãe ou avós; a curatela é sempre deferida pelo juiz;**
- c) A tutela abrange a pessoa e os bens do menor, enquanto a curatela pode compreender somente a administração dos bens do incapaz, como no caso dos pródigos;**
- d) Os poderes do curador são mais restritos que os do tutor. (1998, p: 139)**

Em relação aos candidatos a curadores:

CURATELA DOS

"Para que uma pessoa possa ser submetida, por tempo indeterminado à curatela, deve ser declarada interdita. Consoante o art. 447 do Código Civil, a interdição deve ser promovida: I - pelo pai, pela mãe, ou pelo tutor; II - pelo cônjuge, ou algum parente próximo; III - pelo Ministério Público". (CARVALHO, 1995, p: 93)

Uma outra questão que surge a respeito da interdição:

Por que alguém pede a interdição de outro alguém ?

Segundo Professor Rodrigo da Cunha Pereira: "Os Art. 447/449 do CCB, dispõem sobre a legitimidade ativa da ação de interdição, e no Art. 446 do CCB e em algumas leis especiais encontramos quem estará sujeito à curatela.

A causa de pedir remota da ação de interdição vincula-se a situação que a gerou (loucos, nascituros, pródigos) e, o motivo para o

pedido de interdição, é, analisando sob o enfoque da boa-fé, o de velar pelos interesses do interditando, possibilitando gerir sua vida e seus bens". (SIC)

2.1 O Serviço Social no Fórum de Florianópolis

Historicamente, a atuação do Serviço Social, caracterizou-se pelo desempenho de papéis relacionados com "disfunções", a indivíduos com "desajustamentos". Desta forma, pretendemos demonstrar que a prática do Serviço Social no Judiciário não escapa a esta lógica.

O Fórum é uma instituição de caráter público, dedicada a prestação de serviços, no qual o Estado participa diretamente nas suas formas de condução. Dessa instituição partem ações que operam diretamente o campo sócio-jurídico, as quais recebem embasamento na Constituição Federal de 1988, Código Civil, Estatuto da Criança do Adolescente, etc. Vários órgãos governamentais e não governamentais relacionam-se com o Fórum no intuito de destinar recursos para a prestação de serviços à população.

O Fórum da Justiça tem como tarefa principal zelar pelo cumprimento das leis, dos habitantes residentes na comarca. Ele está dividido em Varas, sendo que a Vara da Família Órfãos e Sucessões, responsabiliza-se pelo processamento e resolução através de julgamento de todo e qualquer problema referente ao Direito de Família e Sucessões. O Serviço Social encontra-se subordinado aos juizes da 1ª e 2ª Varas de Família, que necessitam da ajuda do Assistente Social, pois os problemas ali existentes não se restringem meramente a área jurídica e sim, a área social e emocional.

A principal característica do Serviço Social nesta área é a prática de orientação e intervenção frente à crises familiares. Tem como função orientar e acompanhar famílias em processo de crise em relação aos seus direitos e deveres, atender situações sócio-jurídicas específicas, esclarecendo ou dando encaminhamentos internos e externos - e ainda, fornecer parecer técnico nos processos atendendo determinação judicial.

O Serviço Social do Fórum, Vara da Família tem ainda como objetivo propiciar às famílias, crianças e adolescentes, alternativas para solucionar problemas vivenciados, procurando sempre fazê-los

refletir sobre a situação. Procura atender as situações sócio-jurídicas específicas, esclarecendo e refletindo com o usuário sua situação, para que este tenha consciência de sua realidade.

O Serviço Social atende a todas as pessoas que residem na cidade de Florianópolis, ou seja que pertencem a esta comarca. Atende à todos que procuram a Justiça na tentativa de resolução de seus problemas familiares, tanto a nível de orientação, apoio, acompanhamento ou encaminhamento para outros órgãos ou instituições ou ainda para advogados quando existe a necessidade de entrar com ação judicial nesta área.

Os usuários do Setor de Serviço Social do Fórum de Florianópolis não têm idade específica; são na maioria pessoas carentes, com mão de obra desqualificada, o que dificulta a inserção destas no mercado de trabalho. Possuem geralmente nível de instrução e moradia precárias, dificuldades econômicas e sociais.

Enfim, o objetivo principal do Serviço Social nesta área é de oferecer apoio psicossocial para famílias em conflito, ajudando-as a esclarecer e objetivar a melhor forma de resolução destes conflitos.

... o assistente social utiliza-se também de técnicas de atendimento de serviço social que possam possibilitar aos litigantes o desenvolvimento de maior consciência sobre sua situação de conflito e, a partir dessa clarificação, autocapacitem-se para resolvê-la de forma consensual. (ARAÚJO, BRUNO & KRÜGER, 1994: 22)

O Serviço Social do Fórum desenvolve dois programas, sendo o Atendimento individualizado e o "Estudo Social".

2.1.1 Estudo Social

A análise realizada pelo assistente social de cada situação específica configurada nas relações pessoais, e dessas com as instituições, é chamada estudo social.

O estudo social consiste em coletar dados, a partir de um instrumental específico e definido pelo assistente social para cada caso particular, e interpretar esses dados a partir de uma referencial teórico, elaborando-se uma opinião profissional sobre a situação. Essa situação é geralmente identificada como "problemática" ou "conflituosa", quer pelos que a vivenciam, quer por outros profissionais que a atendam. O estudo irá permitir um conhecimento objetivo da situação dentro de uma visão da globalidade, visto ser a interpretação da situação. Assim, a perícia social, enquanto expressão judicial do estudo social, visa esclarecer situações

consideradas problemáticas e/ ou conflituosas nos planos dos litígios legais."
(ARAÚJO, BRUNO & KRÜGER, 1994: 21)

O Estudo Social dos processos consiste em esclarecer situações e fornecer aparato social às decisões judiciais. Tal estudo se configura como uma atitude de pesquisa na qual, procura-se esclarecer relações conflituosas ou não, através de entrevistas e visitas domiciliares.

"Trata-se de uma atividade com fins de assessoria aos juízes em suas decisões, constituindo-se, portanto, em um meio de prova, caracterizando-se por ser uma declaração de caráter técnico"(Santos apud ARAÚJO, 1994:21 s. d., p.334).

É através deste estudo, que o Assistente Social obtém informações sobre a realidade que são fundamentais às decisões judiciais, já que através do estudo e conseqüente parecer social, o juiz terá condições de dar uma sentença ao caso, que proporcione o melhor para todos os envolvidos no processo. Segundo ARAÚJO, BRUNO & KRÜGER (1994: 21):

Seu resultado é apresentado ao juiz da ação sob a forma de um laudo, onde se descreve a percepção e a observação dos fatos, bem como a apreciação dos mesmos.

Os pareceres realizados através do Estudo Social são solicitados pelo juiz e são os meios científicos de se obter através de técnicas como entrevistas e visitas domiciliares, o conhecimento e a compreensão de uma determinada realidade social.

"A perícia consiste em considerar a situação em litígio, o determinados aspectos da mesma, analisando suas causas e conseqüências a partir de pressupostos técnicos e/ou científicos, ou seja, configurando uma compreensão da situação a partir de critérios que extrapolam o senso comum." (ARAÚJO, BRUNO & KRÜGER, 1994:21)

Enfim, a finalidade primordial dos Estudos em questão é elucidar as mais complexas situações familiares no intuito de fornecer e sugerir medidas que auxiliem na tomada das decisões.

Os processos mais freqüentes encaminhados ao Setor de Serviço Social são:

- Pensão alimentícia
- Revisão de pensão

- guarda e responsabilidade
- modificação de guarda
- regulamentação de visitas
- separação de corpos
- destituição de pátrio poder
- interdição, entre outros.

Com relação aos diferentes processos enviados ao setor podemos ilustrar com ARAÚJO, BRUNO & KRÜGER 1994: 22-23:

"Construindo-se a partir do cotejamento entre princípios gerais e o caso particular atendido, cada perícia social, relatada no laudo, visa a esclarecer não só o processo judicial no qual se insere, mas também colaborar na construção de novos pressupostos teóricos sobre famílias envolvidas em litígios judiciais."

2.1.2 Passos para a elaboração de estudo social em processos judiciais

1º passo - Tomar conhecimento dos fatos narrados no processo, das provas documentais de ambas as partes envolvidas.

2º passo - Tomar conhecimento do objetivo do Estudo Social.

(disputa de guarda, verificação de situação regular, regulamentação de visitas, pedido de curatela, etc).

"...O Serviço Social Judiciário desenvolveu uma metodologia própria para a realização de perícia social.

Esta metodologia consiste tanto na aplicação de instrumentos de coleta de dados e no uso de técnicas de apoio, compreensão e orientação, que compõem a metodologia específica do serviço social, quanto na adoção de conceitos e pressupostos teóricos das áreas sociais e do comportamento". (ARAÚJO, BRUNO & KRÜGER, 1994: 21).

Esses passos são importantíssimos no intuito de obter a veracidade das informações adquiridas.

2.1.3 Utilização de técnicas de abordagem individual - ENTREVISTA

Iniciar o Estudo Social através de visitas domiciliares, utilizando-se da entrevista não-diretiva.

Entrevistas individuais e/ou conjuntas são o instrumento básico para a coleta de dados com vistas à elaboração da avaliação. A esse, a critério da assistente social responsável pela avaliação, podem ser acrescentados quaisquer outros procedimentos que possam fornecer dados para melhor compreensão da situação, tais como visitas e contatos com colaterais, instituições e outros profissionais que atendam os envolvidos.

(ARAÚJO, BRUNO & KRÜGER, 1994: 21,22)

Antes da entrevista, fazer a identificação profissional, informando a pessoa sobre o objetivo da visita.

Anotar os dados importantes e relevantes ao estudo. É importantíssimo tomar conhecimento da situação familiar desde a sua formação (antecedentes). Saber como se desenvolveu a situação, quais as principais crises e mudanças e os principais pontos de conflitos e afinidades entre as partes envolvidas.

"Tanto para auxílio no encaminhamento de alternativas para a solução de conflito, quanto para a realização da perícia em si, os conhecimentos usados referem-se à compreensão dos aspectos psicológicos da dinâmica familiar e da relação da família com e no contexto social, sendo que, dentro destes busca-se a identificação dos aspectos psicossociais da vida familiar. (ARAÚJO, BRUNO & KRÜGER, 1994: 22)"

Dar oportunidade para a pessoa expressar seus sentimentos, tanto positivos como negativos e perceber sua expectativa frente a medida judicial para a resolução da situação problema.

Inicia-se primeiramente os contatos com as partes principais (pai, mãe, irmãos, avós, tios, etc.) e quando necessário ainda poderão ser feitos contatos com colaterais (escola, vizinho, professores, amigos, outras instituições, outros profissionais, etc.).

Poderão ainda ser feitos contatos telefônicos, quando torna-se difícil ou impossível a realização das visitas (pessoas que moram distante, em outras cidades).

Perceber se existe fundamento nas acusações formuladas nos processos de uma parte sobre a outra.

Perceber se o pedido formulado pelas partes, condiz com a realidade da atual situação familiar.

A avaliação é feita de forma sistemática e por etapas que se configuram basicamente em duas partes: a primeira, do levantamento de dados e orientação às partes. A segunda, a do relatório, onde os dados aparecem organizados e pensados à luz de pressupostos, critérios e conceitos teóricos, contendo ao final, o parecer mais adequado ao caso.

(Araújo, Bruno & Krüger, 1994:23)

2.1.4 Elaboração de Relatório e do Parecer Técnico

Todo relatório deve conter no cabeçalho:

- Juízo ao qual está vinculado o processo;**
- Nome da Ação;**
- Identificação das partes.**

A seguir, faz-se a elaboração dos antecedentes - Histórico da situação familiar até a entrada da presente ação, situação atual e o objetivo do Estudo Social.

Logo em seguida , elabora-se o desenvolvimento do relatório contendo os contatos individuais com as partes e com os colaterais. Neles se descrevem as entrevistas, as falas e a "versão" de cada pessoa sobre a situação em pauta.

Por último, faz-se o parecer técnico:

O parecer deve conter:

O confronto entre as acusações das partes, com o que foi constatado como realidade sócio-econômica-emocional da família.

A percepção profissional da coerência daquilo que está sendo pleiteado como medida judicial, com a estrutura familiar de cada um dos envolvidos.

A colocação do interesse e bem estar da criança ou adolescente, acima dos conflitos entre os adultos ou do interesse destes.

Sugestões de medidas judiciais ou de outras medidas que sejam necessárias , para que se alcance o bem-estar da criança ou adolescentes envolvidos no conflito.

***Consideramos, então, que os laudos parecem estar respondendo às necessidades dos juizes, quer seja integral e ou parcialmente.
(Araújo, Bruno & Krüger, 1994: 25)***

Tentamos neste capítulo elucidar o sentido da Interdição, sendo uma demanda comum ao Setor de Serviço Social do Fórum de Florianópolis. Além desta categoria quisemos ilustrar a finalidade da Instituição e como se procede o processo de trabalho do Assistente Social neste local. Por fim abordamos a questão da perícia técnica desenvolvida e elaborada a partir dos estudos dos profissionais que

atuam nesta área bem como, contato com as partes interessadas nos referentes processos de interdição.

No capítulo a seguir, faremos um síntese dos casos apresentados ao Setor de Serviço Social - Vara da Família no período de estágio - casos estes, que foram acompanhados pelos profissionais desta Instituição e que posteriormente, a partir dos dados e informações levantadas, realizaram, através da perícia técnica, um parecer social.

CAPÍTULO III

**"Relato dos pareceres das Ações de Interdição e
as questões éticas relacionadas à eles"**

CAPÍTULO 3

O Serviço Social da Vara da Família, Fórum, Comarca de Florianópolis, costuma receber processos de interdição, processos esses, enviados ao setor, para a realização do Estudo Social, no qual, os profissionais de Serviço Social juntamente com seus estagiários, através de entrevistas, abordagens, investigações e visitas domiciliares, buscam resgatar informações acerca da realidade vivenciada, tanto pelo candidato a curador, quanto pelo curatelado.

Tal estudo desencadeia a elaboração de um parecer social - laudo que é enviado ao juiz, para que o processo possa ser finalizado.

Para melhor compreensão dos casos , utilizaremos de um quadro expositivo, para em seguida, em forma de síntese, relatar cada um separadamente.

Quadro expositivo das Ações de Interdição

	Ação1	Ação 2	Ação 3	Ação 4	Ação 5	Ação 6	Ação 7
Idade	78	63	59	24	54	36	47
Estado Civil	Viúva	Casado	Solteiro	Solteira	Divorciado	Solteiro	Solteiro
Profissão	Professora Aposentada	Aposentado	Aposentado	Do lar	Servidor Público federal	Aposentado	Sem profissão
Localidade	Ilha	Ilha	Ilha	Ilha	Continente	Ilha	Ilha
Motivo	Usuário apresenta doença conhecida como Mal de Alzhmeier	Problemas , mentais após depressão. Deficiência Visual	Invalidez e alienação mental	Apresenta doença conhecida como "esquizofrenia paranóide"	Usuário com vício incontrolável aos " jogos de azar"	Distúrbios mentais "esquizofrenia simples"	Substituição de curador

1ª Ação:**Requerente:**

Sexo: feminino

Idade: 60 anos

Estado Civil: comerciante

Residente da Ilha de Florianópolis.

Interditanda:

Sexo: Feminino

Idade: 78 anos

Estado Civil: Viúva

Residente também na Ilha.

Antecedentes:

A requerente é filha da interditanda. Há mais de 02 (dois) anos a interditanda apresentou doença conhecida como Mal de Alzheimer, doença esta, considerada ainda de caráter incurável pela medicina. A interditanda é viúva e no momento, encontrava-se residindo em imóvel

próprio, sob os cuidados de duas acompanhantes que revezavam-se entre si, e há mais de 03 (três) anos cuidavam das tarefas domésticas da requerida.

Este processo foi encaminhado ao Setor de Serviço Social para realização de perícia.

Contato com a requerente:

Contactamos com a requerente através de entrevista no Setor de Serviço Social.

Disse-nos que era filha única e foi a primeira pessoa a perceber que a mãe estava com problemas de saúde, notou que a mesma, ao caminhar, perdia a direção em que estava seguindo, sem falar que, segundo a requerente, sua mãe sempre foi "estranha", "esquisita" e "desinteressada" com todas as coisas.

Salientou-nos que após a morte de um único irmão, mais novo, causada por um acidente, fez com que os pais perdessem um pouco da motivação pela vida e, conseqüentemente após a morte do esposo, esta situação agravou-se ainda mais para a interditanda.

Recorda-se que a mãe antes de apresentar o quadro da doença do Mal de Alzheimer, era uma pessoa aparentemente saudável, bem relacionada, vaidosa, ou seja, "de bem com a vida".

Segundo a reivindicante, a mãe tem mais 07 (sete) irmãos, os quais moram em outras cidades, todos já com idades bastante avançadas e que, somente um destes apresenta preocupação com a irmã, mantém contato esporádico para tomar conhecimento do estado de saúde em que a mesma se encontra.

Ressaltou-nos que a interditanda é pensionista do IPESC e professora aposentada, recebendo no montante o valor de aproximadamente R\$ 3.640,00, só que esta quantia, não vinha sendo recebida desde o mês de agosto daquele ano (1998), pois o governo não tinha efetuado os pagamentos, tornando assim a filha, ora aqui como requerente, responsável por todas as despesas referentes à mãe, ou seja, remédios de alto custo, alimentação, fraldas descartáveis, acompanhamento médico na residência, condomínio, IPTU, salários das duas ajudantes que acompanhavam a interditanda com afazeres domésticos e cuidados com sua saúde, além de gastos com manicure, massagista e cabeleireira que, a filha persiste em

continuar proporcionando à mãe, já que esta sempre preocupou-se muito com sua aparência. Enfatizou também, que ao final, todas essas despesas acabam atingindo o valor da pensão recebida pela mãe.

Relatou-nos que a mãe possui um único bem, o apartamento onde reside e que faz questão de deixá-la morando lá, pois foi o local onde se estabeleceu todos os momentos de sua vida.

Argumento-nos que, nas atuais condições em que vive a interditanda, "vegetando" como a filha mesma coloca, imagina que a morte seria a melhor solução nesta situação, por julgar também que a mãe não deve Ter percepção de praticamente mais nada.

Por fim, disse-nos que somente fez este pedido à justiça, por sugestão de um advogado. Para que se legalize o que de fato já vem sido exercido por ela que é a função de curadora da mãe.

Contato com a interditada:

Entramos em contato com a interditanda através de visita domiciliar.

Ao chegarmos lá, fomos recebidas por uma senhora, que se apresentou como "empregada" da interditanda.

Esta senhora nos contou que trabalhava e morava na casa há aproximadamente 02 (dois) anos e que, além dela, ainda existe outra pessoa que acompanhava a interditanda nos finais de semana, já fazendo isso há mais de 03 (três) anos.

Relatou-nos que a filha que atua como requerente do processo em questão, cuida de tudo no que diz respeito à mãe, ela é quem recebe o valor da pensão e o destina para os diversos fins, remédios, assistência médica, alimentação, salário das acompanhantes e demais despesas, não deixando de forma alguma faltar nada.

Salientou-nos que a filha da interditanda é proprietária de um restaurante e que esta, passa a maior parte do tempo por lá, mas que liga todos os dias para saber da mãe e faz visitas freqüentemente, acompanhada dos filhos.

A "ajudante" nos descreveu o estado da interditanda. Disse-nos que a mesma encontra-se impossibilitada de fazer qualquer coisa; não fala, não caminha, não tem controle dos esfíncteres, ou seja,

necessita de acompanhamento integral, participando de todos os seus atos.

Ao conhecermos a interditanda, percebemos que esta se mostrou indiferente com a nossa presença, não sendo possível de forma alguma estabelecer qualquer contato pelo estado de incapacidade que a mesma se encontrava.

Parecer social:

No decorrer deste estudo social, as partes foram contactadas através de entrevista no Setor e visita domiciliar.

Através da visita domiciliar, foi possível perceber a impossibilidade da interditanda manter qualquer tipo de contato e consequentemente reger sua pessoa. Conforme laudo médico, diz tratar-se de quadro patológico de caráter irreversível.

Percebemos também, que a filha tem cuidados especiais para com a mãe, suprimindo todas as necessidades da mesma, proporcionando tudo o que esta precisa e que de fato já vem exercendo a função de curadora da mãe.

Diante dos fatos apresentados o parecer social foi favorável à interdição e a conseqüente nomeação da filha como curadora da mãe.

(Florianópolis, novembro de 1998).

2ª Ação

Requerente:

Idade: 66 anos

Estado Civil: solteira(concubina viúva)

Profissão: aposentada

Residente nesta cidade de Florianópolis

Do interditando:

Idade: 63 anos

Estado Civil: casado

Profissão: aposentado

Reside com a requerente

Estudo e Desenvolvimento do Caso/Antecedentes:

A requerente é irmã do interditando.

Há mais ou menos cinco anos atrás o interditando, que até então gozava de perfeita saúde, quando começou apresentar problemas de depressão, doença esta que o levou a prejuízos mentais muito fortes, estando o interditando hoje, incapacitado de gerir sua vida, além de ser deficiente visual.

O interditando é casado com uma senhora, que encontrava-se com oitenta e cinco anos, já bastante idosa, tendo também deficiência visual. O casal, que reside há muito anos com a requerente, não possuem filhos e, dependem totalmente de seus cuidados.

O presente processo foi remetido ao setor de Serviço Social para realização de estudo social.

Contato com a Requerente:

Contactamos com a requerente através de visita domiciliar.

Disse-nos que é a única pessoa que tem disponibilidade para assistir o interditando e a esposa, pois o casal já está com ela há muito tempo e desde o início da doença do requerido em questão, ele é quem vem o acompanhando com cuidados. Contou-nos que ela e o interditando possuem somente um único irmão que reside na cidade de Lages, mas que este irmão é casado, tem muitos filhos(06) e, dificuldades financeiras, julgando-o incapaz de tratar da questão, também nunca manifestou o interesse em ficar com o mesmo.

Informou-nos que o interditando foi sempre uma pessoa calma, que se relacionava bem com as demais pessoas e trabalhou muito tempo de sua vida com autônomo, fazendo serviços diversos bem como, eletricista, encanador, etc;... razão pela qual conta com a ajuda de muitos amigos e vizinhos(ex-clientes), que os auxiliam com alimentos, roupas e favores em geral.

Quanto ao comportamento do interditando hoje, disse-nos a requerente, que continua tranquilo, permanecendo a maior parte do tempo deitado e que ela não encontra nenhum tipo de problema no que se refere à inconveniência - transtornos.

Salientou-nos que na pior crise, o interditando ficou internado por quase dois meses no Hospital São José, onde no período em que esteve lá o mesmo ficou quinze dias sem comer e nem beber absolutamente nada.

Ressaltou-nos que reside em casa própria, e que convidou o casal para vir junto dela, pois sendo viúva, morava sozinha e quis facilitar para o irmão e a cunhada que dependiam de aluguel.

Relatou-nos que no montante, as três pessoas que residem na casa, arrecadam por mês o valor de três salários mínimos, destinados aos mesmos à título de aposentadoria. No que se refere as despesas, disse-nos que somente ocorrem por conta de água, luz e remédios bem como, colírios e anti-depressivos, sendo indispensáveis no tratamento do interditando. Comentou que com o valor do salário que restou das despesas, conseguem viver tranquilamente, suprimindo suas necessidades mais básicas.

Contou-nos também que tem atenção especial com alimentação das pessoas da casa, procurando sempre colocar aos mesmos, alimentos que contenham grande valor nutritivo, no intuito de proporcioná-los um organismo forte e saudável.

Segundo a candidata a curadora, as visitas ao neurologista eram feitas de três em três meses e que contavam com a ajuda de um vizinho para o deslocamento até o local da consulta. Consequentemente inexistem gastos com o tratamento, já que este é realizado no Hospital Universitário.

Colocou-nos que o interditando alimenta-se sozinho, tem controle das duas necessidades vitais básicas e que somente, precisa atuar em momentos de cortar cabelo, fazer barba, tarefas estas - impossíveis de serem realizadas pelo interditando. Disse-nos que leva o interditando para fazer caminhadas todo dia, com exceção de clima e tempo desfavorável, fazendo isto sempre por duas horas.

Informou-nos que o casal teve sempre ótimo relacionamento, persistindo até hoje, e que apesar da doença, o clima entre eles todos é harmonioso.

Segundo a requerente, a esposa do interditando apesar de bem idosa, ainda ajuda nos afazeres domésticos, somente ficando longe das tarefas realizadas no fogão, pois a requerente considera perigoso para ela.

Informou-nos também que acompanha a esposa do interditando no recebimento da aposentadoria e quanto a do irmão, disse-nos possuir em mãos uma procuração que permite-a receber tal valor. Valor este, administrado e destinado pela requerente para os diversos fins.

Por fim, ao indagarmos pelo real motivo sobre o qual pede a curatela do irmão, respondeu-nos que foi por ordem do INSS, que encaminhou-a regularizar a situação de fato apresentada.

Contato com o Interditando:

Contactamos com o interditando através de visita domiciliar.

Após longa abordagem com a requerente, pedimos para ver o interditando.

No momento da visita, encontrava-se o interditando na sala com a televisão ligada, sentado num sofá. Próxima a esposa, ambos encontravam-se aparentemente muito bem.

Ao serem cumprimentados, responderam à nossa saudação. A esposa do interditando, apesar da idade (85anos) pareceu-nos

bastante lúcida, ao contrário do interditando que como lhe encontramos, permaneceu: sentado, encolhido, com dificuldade em movimentar-se e tímido diante de nossa presença.

Laudo Técnico- Parecer:

No decorrer do presente estudo social, contactamos com as partes através de visita domiciliar.

No momento da visita, percebemos que o interditando encontrava-se incapaz de administrar algumas de suas funções de necessidades básicas de sobrevivência bem como, gerir sua vida civil.

Na realização do estudo, notamos que a candidata a curadora dispensa de cuidados especiais tanto para o irmão quanto para a esposa dele. Acompanha-os com boa alimentação, higiene, destina o dinheiro para os diversos fins na tentativa de suprir as necessidades dos mesmos, ou seja, de fato, administra por completo tudo que se diz respeito à vida do irmão.

O casal não possui filhos, outros parentes mais próximos nunca manifestaram interesse em atende-los. Ambos são doentes.

O laudo médico anexo ao processo atesta a doença, diagnosticando, problema cerebral com incapacidade física.

Frente a situação apresentada considerando que de fato a requerente já atua como curadora do irmão, o parecer enviado ao juiz foi favorável ao deferimento do pedido- sugeriu a concessão da curatela à irmã ora aqui como requerente.

Florianópolis, junho de 1999.

3ª Ação

Requerente:

Idade: 61 anos

Estado Civil: casada

Profissão: professora aposentada

Do Interditando:

Idade: 59 anos

Estado Civil: solteiro

Profissão: aposentado

Antecedentes

A requerente é parente por afinidade do requerido. A mãe do interditando era tia do marido da candidata a curadora em questão.

O interditando foi aposentado por invalidez e alienação mental, doença de caráter crônico segundo laudo médico.

O interditando sempre residiu com a mãe, filho único e nunca se casou.

Após ter um enfarto, a mãe do interditando passou a residir com a requerente ficando aquela e o filho sob os cuidados da mesma.

Nesta mesma época, março de 1993, o interditando passou a ficar internado no Instituto São José, onde permanecia até a data do contato que tivemos com a requerente.

Como a mãe do interditando veio a falecer, a candidata a curadora ficou sendo a responsável pelo interditando.

O presente processo foi encaminhado ao setor de Serviço Social para realização de estudo social.

Contato com a Candidata a Curadora:

Contactamos com a requerente através de entrevista no setor.

Segundo a requerente, o interditando foi internado no ano de 1993 após a mãe ter tido enfarto e ter passado o mesmo a residir com a reivindicante, ficando lá até falecer.

Informou-nos que o interditando foi funcionário do Correio por praticamente um ano e, que este recebe da empresa uma pensão no valor de R\$ 330,00 destinado ao mesmo após Ter sido aposentado por invalidez. Além desta quantia, recebe também o valor de R\$ 250,00 vindo do aluguel de um imóvel do qual o interditando é usufrutuário. Enfim, no montante o interditando tem uma renda mensal de R\$ 580,00.

Ressaltou-nos que este imóvel(apartamento), do qual a requerente beneficia-se do aluguel, foi doado a ela e ao seu esposo com reserva de usufruto para o interditando, valor com o qual vem custeando as despesas existentes no Instituto São José, local onde o interditando permanecia internado desde março de 1993.

Relatou-nos que a despesa total da internação com o interditando é de aproximadamente R\$1.500,00 e que, como o valor destinado para este todo mês é inferior, ela necessita de auxílios no

objetivo de reunir esta quantia. Disse-nos que conta com a ajuda de parentes(sobrinhos e, de antigos amigos da mãe do interditando).

Colocou-nos que visita o interditando no Instituto São José de quinze em quinze dias, alternando a maneira como estas acontecem, ou seja, às vezes busca o interditando no Instituto para passar o dia com sua família.

Salientou-nos que já entrou com o pedido na Justiça requerendo a passagem da pensão da mãe do interditando para o mesmo.

Por fim, esclareceu-nos que quer ser curadora visto que, possuía afinidades com a mãe do interditando assim como com ele próprio, e por querer atender vontade(pedido) da mesma conforme declaração anexa no processo, dizendo-nos que "isto lhe fará bem, confortará seu espírito".

Contato com a Instituição São José:

Contactamos com a Instituição através de contato telefônico, local este, onde o interditando estava internado desde março de 1993.

Conversamos com uma funcionária responsável pelo setor onde o interditando se encontrava. Através desta contato a funcionária da Instituição nos informou que o atendimento do interditando é particular e que as despesas mensais com o paciente é de aproximadamente R\$ 1.500,00, conforme já tinha-nos relatado a candidata a curadora. Disse-nos também a informante que a requerente é a pessoa que sempre se apresenta como responsável pelo interditando e que o visita freqüentemente.

Parecer:

No decorrer do presente estudo social, contactamos com as partes através de entrevista no setor e contato por telefone com o responsável da Instituição São José.

O interditando apresenta conforme laudo médico anexo no processo uma doença crônica que considera o indivíduo incapaz de reger-se.

O interditando já não conta mais com a presença dos pais e de nenhum outro parente que manifeste vontade e disposição em atendê-lo.

Durante o contato foi possível perceber que a requerente em questão dispensa de cuidados especiais para com o interditando, preocupando-se em levantar valor para custeio das despesas que o requerido tem com sua saúde bem como, o visita com frequência.

De fato, a requerente já vem atuando como curadora do interditando, cuidando de tudo o que se refere ao mesmo.

Diante dos fatos apresentados o parecer elaborado e enviado foi favorável ao deferimento do pedido.

Florianópolis, dezembro de 1998.

4ª Ação

Requerentes:

Idade: 49 anos

Estado Civil: Casada

Profissão: Professora

Residente na cidade de Florianópolis

Idade: 50 anos

Estado Civil: Casado

Profissão: Corretor de Imóveis

Residente também em Florianópolis

Da Interditanda:

Idade: 24 anos

Estado Civil: Solteira

Profissão: Do lar

Endereço: o mesmo dos requerentes.

2. ANTECEDENTES

A interditanda é filha dos requerentes.

Estudou até a 8ª série. Com a idade de 6-7 anos, a interditanda começou a demonstrar comportamento anormal, sendo sempre agressiva, teimosa e mal-educada.

Foi levada ao médico, e na adolescência, constatou-se que a mesma sofria de “esquizofrenia paranóide” doença considerada pela medicina de caráter irreversível, conforme fls. do presente processo.

A interditanda tem um filho com 02 (dois) anos de idade, fruto de um relacionamento passageiro que teve durante uma de suas crises mais fortes.

O presente processo foi remetido ao Setor de Serviço Social para realização de Estudo Social.

Contato com o Requerente (pai):

Tivemos contato com o requerente através de visita domiciliar e entrevista no Setor de Serviço Social.

Relatou-nos que a interditanda sempre foi uma criança “teimosa, agressiva e mal-educada”, sempre criando muitas discussões por motivos menores que fossem.

Disse-nos que a mesma tem dificuldade em aceitar a irmã mais velha, que já não mora mais em companhia da família, somente visita-os esporadicamente. A interditanda não quer nenhum tipo de contato com a irmã, não podendo os pais nem sequer pronunciar o nome da mesma. Quanto ao irmão mais novo, não trava nenhum diálogo, mas não demonstra agressividade para com ele.

Salientou-nos que dispensa o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para pagamento de uma pessoa, que atua como ajudante nos afazeres domésticos da casa e cuidados com a criança. Disse-nos também que é o responsável por todas as despesas com a

interditanda e com a criança, já que a mesma não trabalha e não percebe as responsabilidades que tem para consigo e para com o filho.

Ressaltou-nos que a interditanda tem um organismo forte, não apresentando nenhum outro problema de saúde, à não ser a doença em questão.

Colocou também que a interditanda não toma nenhum medicamento, pois a psiquiatra que a assiste, não é adepta a uso de remédios fortes, exceto homeopáticos, e que somente instrue os pais à trabalhar com a doença, participando de reuniões terapêuticas direcionada às pessoas que convivem com esquizofrênicos.

Sobre o filho da interditanda, o candidato a curador informou-nos que foi fruto de uma relação muito passageira que a mesma teve durante uma de suas crises, que aconteceu através de uma carona que esta pegou de um desconhecido, e veio à conceber a criança.

Salientou-nos que ele, a esposa e os demais filhos, gostam muito da criança, não deixando faltar nada à ela, tanto no campo material como no afetivo, tratamentos estes, que esta não são dispensados pela mãe.

Disse-nos que a interditanda sabe que é a mãe da criança, mas não se comporta como tal. Tem dificuldade de perceber a criança, bem como, ter cuidados para com ela.

Por fim, o requerente comentou-nos que a interditanda encontra-se tranqüila na maior parte do tempo, ficando quase sempre fechada em seu quarto. Ressaltou-nos que, quando a mesma se altera, ele é a única pessoa que tem controle sobre a mesma, tendo que usar

da força física para aquietá-la, que num momento de crise teve que recorrer à Colônia Santana e interná-la por 01(um) dia e que, esta internação acabou impondo limites para ela, sendo que quando está muito alterada, a possibilidade de ser levada à Colônia acaba por acalmá-la.

Ao ser questionado pelo motivo pelo qual pedem à interdição da requerida, respondeu-nos que quer poder garantir maior segurança para o neto, inclusive está viabilizando um pedido de guarda da criança, e, para regularizar na forma da lei o que de fato já exerce: curadoria da filha.

Contato com a requerente (mãe):

Contactamos com a mãe da interditanda através de visita domiciliar e contato por telefone.

Disse-nos que a filha requerida em questão, fica em casa o dia todo na companhia de uma ajudante e que o menino fica na creche, durante o período em que ela e o esposo encontram-se trabalhando.

Disse-nos que a interditanda parou de estudar porque arrumava confusão (brigas) em todo lugar, não conseguindo permanecer em colégio algum.

Contou-nos também que a filha tem uma grande “implicância” com a figura do pai, tentando sempre criar discussões e envolvê-lo.

Salientou-nos que no dia em que realizamos a visita domiciliar, precisou omitir da interditanda que pertencíamos ao Serviço Social Judiciário, por saber que a mesma dificultaria à realização da nossa entrevista, por este motivo, fomos apresentadas como Assistentes Sociais do IPESC, e que estaríamos fazendo isso no intuito de trazê-la juntamente com o filho como dependentes e beneficiários do Convênio de Saúde possuído pela mãe.

Comentou-nos ainda que é a única pessoa com a qual a interditanda conversa, que mantém um diálogo, mesmo que difícil com a filha. Esta situação da doença da filha preocupa-a bastante, disse estar “cansada” com os inconvenientes que a doença ocasiona.

Confirmou-nos, o relato do esposo, dizendo que a interditanda não percebe a criança com cuidados, não se organiza com suas obrigações, nem com algumas de suas necessidades básicas, por exemplo alimentação. Se alimenta somente, se alguém oferecer o alimento pronto.

Ressaltou-nos também o fato de estarem viabilizando o pedido de guarda do neto, para garantir ao mesmo maior segurança e diz ter o mesmo intuito no que diz respeito ao pedido da presente ação, ou seja; legalizar o que de fato já vem sendo exercido por ela e o esposo, que é a função de curadores da filha.

Contato com a interditanda:

Contactamos com a requerida em questão através de visita domiciliar.

Ao visitarmos a interditanda percebemos que a mesma tem dificuldade em conceber as idéias. Dificultou bastante a nossa intervenção, até pelo fato de não termos podido revelar a nossa verdadeira identidade e o verdadeiro motivo pelo qual estávamos lá.

A interditanda tem comportamento agressivo, distorce e dissimula as idéias com muita facilidade. Ao ser indagada sobre o filho, disse ser a mãe do mesmo, fala que lembra quem é o pai da criança, mas não mantém contato. Faz muitas perguntas e, nos questionamentos demonstra momentos de lucidez.

Mostrou-nos ser muito impaciente com as coisas, fala demasiadamente, discute e questiona muito. Percebe-se muita intolerância da interditanda para com as pessoas que convive.

Ao final da entrevista, a interditanda encontrava-se agressiva e incomodada com a nossa presença, se omitindo a prestar quaisquer informações, motivo que nos levou encerrar o contato.

Tivemos notícia através de outro contato com o pai da interditanda, ora aqui como requerente do processo, que a filha se exaltou demais depois de nossa visita, não podendo permanecer nenhuma pessoa dentro de casa, e só depois que o mesmo chegou é que a situação pôde ser contornada.

PARECER

No decorrer do presente estudo social, contactamos com as partes através de entrevista no Setor, visita domiciliar e contato telefônico.

Através da visita domiciliar foi possível perceber a incapacidade da interditanda organizar sua vida, bem como a do filho que possui. Identificamos que a mesma tem comportamento agressivo, instável, não possui iniciativa, dependendo de outras pessoas até para alimentar-se, apesar de aparentar muito bem fisicamente.

No que diz respeito à doença, segundo laudo médico presente nas folhas do autos trata-se de quadro patológico de caráter irreversível.

Percebemos também que os familiares da interditanda tem cuidados especiais para com a criança, suprimindo todas as necessidades da mesma, materiais e afetivas e que, um futuro pedido de guarda da criança aos avós, proporcionaria à esta, uma maior segurança tanto econômica quanto emocional.

Diante dos fatos apresentados no decorrer do estudo social, o parecer técnico enviado favoreceu ao pedido de interdição e nomeação de curatela dos pais.

Florianópolis, 27 de maio de 1999.

5ª Ação**Requerente:****Idade: 49 anos****Estado Civil: Separada judicialmente.****Profissão: Do lar****Residente em Florianópolis - Continente****Do interditando:****Idade: 54 anos****Estado Civil: Divorciado****Profissão: Servidor Público Federal****Endereço: o mesmo da requerente.****ANTECEDENTES**

A requerente vive em união estável em o requerido há 10 (dez) anos.

Desde os 18 (dezoito anos) o interditando começou a jogar, prática esta que se tornou com o tempo "viciosa" e "incontrolável".

Como consequência do vício aos jogos, o requerido acabou por contrair muitas dívidas, devido aos mais diversos empréstimos feitos por ele, não podendo deixar de lado o fato de que as freqüentes cobranças acabaram por trazer prejuízos também a saúde do interditando em questão (perturbação psíquica), motivo este que levou o requerido à internar-se numa clínica por um bom período de tempo.

No presente processo a requerente, juntamente com os 03 (três) filhos do requerido citados nesta ação, pedem a interdição do requerido em questão e a consequente nomeação de curadora do mesmo.

Contato com a requerente

Contactamos com a requerente e com o requerido através de entrevista neste setor.

O interditando confirmou-nos que possui 03 (três) filhos, que é divorciado e que vive maritalmente com a candidata a curadora há 10 (dez) anos. Disse-nos também que é funcionário do Tribunal de Contas da União, na função de Técnico de controle externo.

Salientaram-nos que residem em apartamento de propriedade da requerente, com o qual dividem espaço com um filho desta, que atualmente está com 22 (vinte e dois) anos e que, possuem bom relacionamento - vivem em harmonia.

Comentou-nos o requerido, que começou desde muito jovem a jogar, fazendo isso até o ano que se passou, quando freqüentava casas de Bingo quase que diariamente.

Informou-nos também que procurou ajuda médica e que ficou internado em uma clínica sob cuidado psiquiátrico.

Informaram-nos que a dívida adquirida por conta da prática incontrolável de jogar, esteve por volta de R\$70.000,00 (setenta mil reais), devido aos empréstimos com agiotas e que na medida do possível estão sanando. Ressaltaram-nos que a responsável pela organização dos pagamentos é a requerente, que usa de critérios para fazê-los, ou seja, os débitos de maior urgência são pagos primeiramente, já que com o salário líquido do interditando que atualmente está em R\$1.600.00 (um mil e seiscentos reais) líquido, é impossível quitar todas as dívidas.

A candidata a curadora falou-nos que já possui a curatela provisória do companheiro, e que tudo isso acontece com conivência e consentimento dos filhos dele, que depositam confiança e consideram a pessoa da requerente, a mais adequada para assumir tal tarefa.

O interditando contou-nos que participa de tudo que se refere as dívidas, somente não efetua os pagamentos, já que estes são feitos pela sua companheira. Disse-nos que tem confiança na companheira, ora aqui requerente, mas no entanto, salientou-nos que gostaria de uma maior prestação de contas feita pela requerente, ou seja; já que a mesma possui tudo anotado e controlado em uma agenda, ele quer

uma espécie de cópia de tudo o que ela possui acertado e anotado no que diz respeito aos débitos.

Ao ser indagado sobre o conhecimento e implicação do referente pedido de interdição, o interditando nos respondeu que conhece o efeito deste, que concorda tanto com a ação quanto com a nomeação do curador.

Quanto a requerente, perguntamos o real e atual motivo pelo qual quer a curatela do interditando. Respondeu-nos que quer legalizar o que de fato já vem exercendo, que é a função de curadora do requerido.

PARECER

No decorrer do presente Estudo Social, contactamos com as partes através de entrevista no Setor de Serviço Social.

Através da entrevista foi possível perceber que o requerido se mostra um pouco "desconfiado", manifestou dificuldade em perceber o afeto das pessoas para com ele, em se tratando dos filhos, da atual companheira, ou seja; dos familiares. Parece estar "inseguro" com relação aos que estão a sua volta, afirma em seu discurso que "faz tudo o que quer e que acha certo", tentando limitar o acesso das pessoas na administração de sua vida.

Aparentemente, percebemos também que a candidata a curadora dispensa de cuidados especiais para com o companheiro,

vem assumindo a função de procuradora deste, se organiza no intuito de sanar as dívidas, demonstra grande afeto para com ele, etc...

Segundo laudo médico presente as folhas do processo, trata-se de "patologia de caráter irreversível (chamada de jogo patológico) mas controlável pela negação ao acesso aos jogos de azar", ou seja, existe a necessidade de limites estabelecidos por outras pessoas que impossibilitem o interditando do contato com esta prática.

É evidente que se a administração da renda familiar ficar sob a responsabilidade da requerente, que a destinará para os diversos fins, fará com que esta família sinta-se economicamente mais segura.

Diante dos fatos, levando em consideração que a requerente de fato já atua como curadora do requerido, o parecer enviado ao juiz foi favorável ao deferimento do pedido.

Florianópolis, 07 de outubro de 1999

6ª Ação

Requerentes:

Idade: 60 anos

Estado civil: casado

Profissão: funcionário público federal aposentado

Residente em Florianópolis

Idade: 56 anos

Estado civil: casada

Profissão: Do lar

Reside em companhia do requerente (casados - pais do interditando)

Do Interditando:

Idade: 36 anos

Estado civil: solteiro

Profissão: aposentado

Endereço: o mesmo dos requerentes.

ANTECEDENTES

O interditando é filho dos requerentes.

O interditando teve uma vida normal, até os 22 anos, inclusive trabalhando desde os 14 anos, concluiu o 2º grau; período em que iniciaram-se problemas de depressão. Começou à sofrer de insônias, ria sozinho, se contradizia, tornou-se agressivo, enfim; apresentou

distúrbios mentais, posteriormente diagnosticados como doença de nome "esquizofrenia simples", conforme fls. do processo.

O interditando nunca se casou, não possui filhos e reside com os pais até os dias atuais.

O presente processo foi encaminhado ao Setor de Serviço Social, para realização de Estudo Social.

CONTATO COM OS REQUERENTES:

Contactamos com os requerente através de entrevista neste setor e visita domiciliar.

Disseram-nos que o interditando sempre residiu com eles, tem comportamento instável, de calmo à agressivo, manifestando e direcionando este último, geralmente em relação a figura da mãe.

Ressaltaram-nos que tiveram problemas quanto à medicação destinada ao requerido, pois o mesmo, não aceitava o uso de remédios; situação esta, que foi contornada pela mãe, ao descobrir que poderia “esconder” o remédio nos alimentos, fazendo assim, que o interditando os ingerisse sem que percebesse. Este procedimento,

feito pela mãe há três anos, facilitou bastante no tratamento do interditando nos períodos de instabilidade provocados pela doença.

Relataram-nos que por 5(cinco) vezes, durante as piores crises , o interditando foi internado no Instituto São José e numa clínica, na cidade de Indaial, ficando por lá até sua recuperação.

Salientaram-nos que o requerido em questão passa a maior parte do tempo deitado em seu quarto, e que somente, caminha pelo pátio da casa e, esporadicamente vai até uma padaria que se localiza há uns 100 metros de onde reside, para comprar cigarros, e somente o faz, atendendo à estímulos dos pais, para que o mesmo saia um pouco do ambiente de casa.

Informaram-nos que o interditando fuma muito, consumindo um carteira por dia, e que o gasto com este chega até um salário mínimo. Inclusive mencionaram-nos e durante a visita domiciliar, constatamos que as paredes do quarto do interditando estão "amareladas", devido ao consumo do cigarro.

Ressaltaram-nos também, que o interditando tem acompanhamento psiquiátrico fazendo consultas de seis em seis meses, disseram-nos que o tratamento é feito de forma particular, pois

as partes não possuem nenhum convênio, tendo como único acesso à saúde o sistema do Sistema Único de Saúde (SUS).

O casal nos informou que possuem mais três filhas, todas casadas e residentes nesta cidade e que, o requerido não mantém laços afetivos, ou seja; praticamente não mantém nenhuma forma de contato com as mesmas.

O pai e ora aqui requerente, contou-nos que é o procurador de filho, que recebe a aposentadoria do filho e administra esta quantia, destinando a metade do valor ao interditando, mas disse-nos que, não "perde de vista" nem o valor e nem o uso que o interditando faz dele, pois o mesmo não tem noção de validade, troco, etc... ou seja, entrega o dinheiro mas controla a forma como este é empregado pelo filho. O restante, é destinado para os diversos fins, sendo um deles: compra de remédios.

Relataram-nos que são totalmente responsáveis por tudo o que se diz respeito a vida de filho. Quanto ao comportamento cotidiano das necessidades básicas de sobrevivência, o interditando responde de maneira a atendê-las, bem como alimentação, higiene pessoal, etc.

Por fim, ao indagarmos a respeito do atual motivo pelo qual pedem o curatela do interditando, responderam-nos que o fazem, atendendo a exigência do INSS de nomeação e legalização da situação de fato apresentada.

Contato com o interditando:

Contactamos com o interditando através de visita domiciliar.

Aparentemente o requerido se encontra muito bem fisicamente.

Ao ser indagado, respondeu-nos que recebe o valor da aposentadoria através de seu pai, que tem um bom convívio com os demais familiares e se mostrou acessível no sentido de precisarmos travar novo contato. Pareceu-nos bastante tímido diante de nossa presença, manifestando ansiedade e pressa, no sentido do término da nossa visita e entrevista.

O contato com o interditando foi restrito à visita domiciliar, pois em decorrência da doença, não tivemos oportunidade de

mantermos um diálogo e, para tanto, respeitamos os limites do interditando.

PARECER:

No decorrer do presente estudo social contactamos com as partes através de entrevista no Setor de Serviço Social e visita domiciliar, sendo que a última foi possível, pela disposição do requerente em nos conduzir até sua residência.

Através da entrevista percebemos que, aparentemente o casal se encontra bem disposto e atencioso em tudo o que diz respeito aos cuidados com o interditando, não deixando-lhe faltar absolutamente nada, suprimindo todas as necessidades do mesmo. Nos parece que o interditando encontra-se seguro e acomodado na companhia dos pais.

Conforme laudo médico da perícia judicial presente nas fls. 30 e 31 trata-se de quadro patológico de caráter irreversível.

Quanto ao valor dispensado ao interditando a título de aposentadoria, percebe-se que é insuficiente para a manutenção do mesmo, tornando-o dependente econômico do pai.

Foi possível identificar a incapacidade do interditando organizar sua vida, bem como, reger seus atos.

Diante dos fatos, o parecer social enviado sugeriu que fosse concedido à curatela do interditando aos pais, favorável ao deferimento de pedido.

Florianópolis, 24 de junho de 1999.

7ª Ação

Requerente:

Idade: 53 anos

Estado Civil: Casado

Profissão: Funcionário público estadual aposentado

Residente na cidade de Florianópolis

Interditando:

Idade: 47 anos

Estado Civil: Solteiro

Profissão: Sem profissão

Residente em Florianópolis

ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DO CASO

O requerente é irmão do interditado.

Aos 10 de julho de 1985 foi decretada a interdição de Pedro Paulo Ferreira, nomeando como curadora a sua mãe, ressaltando o fato de que isso aconteceu logo após a morte do seu cônjuge.

O que ocorre é que a curadora do requerido em questão, faleceu há 05 (cinco) meses, deixando assim seu dependente sem representante, ou seja; sem alguém para gerir sua vida, já que o mesmo conforme processo anterior, foi impossibilitado de fazê-la.

O interditado além do Sr. Luís, possui mais uma irmã que também o auxilia com cuidados. Aliás, mesmo antes do falecimento da Sra. mãe -curadora, os dois únicos irmãos, sempre dispensaram ajuda no que diz respeito ao tratamento diário com o interditando e; sendo que no momento este encontra-se também, como dependente econômico dos mesmos.

O presente processo foi remetido ao Setor de Serviço Social para realização de Estudo Social.

Contato com os irmãos do interditado:

Contactamos com as partes interessadas no processo através de visita domiciliar. Conseguimos através da visita , conversarmos com os dois irmãos, que se encontravam residindo no mesmo local.

Igualmente ao requerente, a irmã do interditando se apresentou nos informando que é aposentada, que está atualmente com 66 anos, viúva e tem sua residência fixada no mesmo terreno que o irmão também possui a sua.

Informaram-nos e em visita verificamos que Pedro Paulo, que é "carinhosamente" chamado pelos irmãos por um apelido, reside em frente a casa dos mesmos, residência esta, deixada pela mãe, onde o requerido passou toda a sua vida. Salientaram-nos, que ambos se revezam quanto as pernoites com o interditado.

Disseram-nos também que o interditando conta com a companhia de duas ajudantes, que se alternam entre os dias e finais de semana, ressaltando que o mesmo tem um ótimo relacionamento com ambas.

Quanto ao comportamento do requerido em questão, relataram-nos que anos atrás, o mesmo oscilava entre calmo e agressivo, mas que depois de uns 10 (dez anos), a postura deste se estabilizou, permanecendo o requerido quase sempre tranqüilo.

Contaram-nos que o interditando se alimenta bem, realiza suas funções básicas de higiene, claro que sempre com orientação das pessoas que o auxiliam, bem como; fornecer-lhe o alimento pronto, colocar creme dental na escova, etc...

Com a relação à saúde do interditado, os irmãos nos informaram que fora a doença em questão, o requerido só tem problemas com resfriados, e toma um único medicamento diário, que é um "calmante" antes de dormir.

Em se tratando das despesas com o interditado, avaliaram entre, visita médica particular a casa do paciente, salário das duas ajudantes, alimentação e medicamentos; o valor de aproximadamente R\$ 700,00 (setecentos reais), quantia esta que por ora está sendo fornecida pelos dois irmãos.

Disseram-nos que independente do falecimento da mãe, quem administrava o dinheiro recebido por ela, já era o requerente, e que posteriormente com o agravamento da doença da mesma, o ora aqui requerente, passou à ser o seu procurador, recebendo o valor de R\$ 942,00 (novecentos e quarenta e dois reais), destinados em favor da mãe, que atuava como pensionista do marido que falecera.

Ao indagarmos para a irmã do interditando, o motivo pelo qual não teve interesse em ser a curadora do irmão, nos respondeu que foi um acordo que ela e o irmão ora aqui requerente, fizeram com a mãe antes desta falecer. Colocaram-nos que foi um pedido da mãe - antiga curadora, de que o filho administrasse a vida do irmão, pois a filha , passou por sérios problemas de saúde, tendo dificuldade para se deslocar e assim, movimentar as documentações, segundo ela mesma, sendo a única irmã, é conivente com a idéia do irmão assumir a curatela do requerido.

Por fim, perguntamos ao requerente a respeito do real e atual motivo do pedido feito em juízo, e este nos respondeu, que quer poder assumir a curatela do irmão, ou seja substituir a antiga curadora, pelo fato de já vir executando tal função, inclusive, também responsável pela manutenção e despesas que se referem aos cuidados com o

interditado, e para assim depois de nomeado, receber a pensão do requerido, e destiná-la aos diversos fins de que o interditado necessita, para que assim também ele e a irmã livres-se destes demais gastos, pois ambos possuem família e com isso, suas "rendas" já são comprometidas.

1. PARECER

No decorrer do presente Estudo Social, contactamos com a parte através de visita domiciliar.

Através da visita, foi possível perceber que o interditando conforme sentença judicial de processo anterior, continua incapaz de administrar suas funções básicas de sobrevivência, ou seja; de gerir sua vida civil.

Na realização do Estudo, percebemos também que o requerente, auxiliado pela irmã, dispensam de cuidados especiais para com o irmão, oferecendo à este tudo o que necessita, tanto no campo material, como no afetivo. Notamos que os dois irmãos, possuem uma fala "carinhosa" quando se referem aos assuntos do outro irmão requerido em questão.

O interditado não conta mais com a presença dos pais, tendo como responsáveis somente os dois irmãos, sendo que a irmã, por ter problemas de saúde, considera que se a curatela fosse concedida ao irmão-requerente o interditado ficaria numa situação de maior segurança.

Pelo estado de incapacidade em que se encontrava o interditando e, pelas despesas decorrentes da doença, achamos conveniente a substituição de curador e neste caso, verificado que o requerente já atua como tal, sugerimos através de parecer que seja concedida à curatela ao requerente.

Florianópolis, 11 de agosto de 1999

Uma vez relatados os casos - e certas de que muitas idéias e questionamentos possam ter surgido no decorrer da leitura, lançamo-nos a explicitar algumas questões que consideramos importantes, indispensáveis até.

Preocupamo-nos, a princípio, com as causas que conduzem pessoas a sofrerem processos de interdição. Lembramos de uma passagem do livro de Otto Maduro, no qual afirma que

***Ninguém está sozinho no mundo. Nossa maneira de conhecer a realidade – e, portanto, de agir na realidade – pode afetar gravemente outros seres humanos. Ao menos por isso, temos a permanente responsabilidade ética de examinar os pressupostos e as implicações do nosso conhecimento – em diálogo com os outros – especialmente com as pessoas real ou potencialmente atingidas por nosso conhecimento ou por nossos atos.
(Otto Maduro, 1994, p. 82).***

Certamente, há inúmeros motivos que fazem com que pessoas sofram processos de interdição, mas dentre eles, pensaremos um pouco mais sobre as doenças, especialmente mentais.

O que seria, afinal, algo que genericamente categorizamos como 'incapacidade' ou 'loucura'? Parece-nos que partindo do princípio da existência de tais categorias, está implícito o fato de que existe um padrão, igualmente, instituído de capacidade e normalidade - e que normalidade seria essa? Talvez seja paradoxal pensar que é justamente essa normalidade que cria a 'loucura', já que partimos do princípio de que a doença (e não seria diferente com as consideradas doenças mentais) é ocasionada por múltiplos fatores (sociais, econômicos, culturais, psicológicos e biológicos) e não somente por eventos, pura e simplesmente, biológicos.

Particularmente nos casos de interdição cuja argumentação diga respeito às doenças - e doenças mentais - a proposta que fazemos é de relativizar os alcances da biomedicina, tida nas sociedades ocidentais como 'a verdade' - e de pensar se realmente o caminho seria a interdição - ao invés de pensar no processo social implícito por

trás de cada caso (jamais caindo no extremo do relativismo, afirmando que 'cada caso é um caso' e, portanto, nada pode ser feito).

Outra questão a ser pensada é a forma como esses processos são conduzidos. Por mais que o parecer do Serviço Social seja pedido, o esperado é que tal parecer ratifique a verdade biomédica - e não o contrário. Caberia, aqui, talvez, a necessidade de pensar um trabalho interdisciplinar efetivamente articulado - e na elaboração conjunta de processos e pareceres.

Interditar uma pessoa considerando como verdade primeira um laudo previamente elaborado, como o médico, ignorando que há muito mais por trás do que é possível apreender com os sentidos (e aqui faz-se necessário pensar nas categorias metodológicas que utilizamo-nos no desvendamento das diversas questões e demandas sociais postas - mediação, contradição, historicidade, totalidade, negação) , sob certa perspectiva, é uma forma de mal enfrentamento com a parte submersa do 'iceberg'. Ou seja, de todo processo social de construção da interdição.

Tais reflexões não poderiam passar desapercibidas, sem despertar nosso interesse, como também não pode ser perda de

dimensão a necessidade de constantes reformulações de nossa prática profissional, de acordo com as mudanças exigidas pelo contexto.

Outros questionamentos poderiam ser erguidos: quais seriam os critérios de escolha dos curadores? Quem seriam as pessoas mais ou menos aptas a desempenharem tal papel - e por que? Qual o papel do Serviço Social em todo esse contexto?

Relacionados a todas estas questões levantadas, não podemos deixar de lembrar dos princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social, principalmente os itens que dizem respeito ao "reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais" e "compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional".

Finalizamos dizendo que efetivamente não é possível conceder respostas únicas, prontas, acabadas. É pois, preciso, que busquemos respostas - sempre conjuntamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

Ao final deste trabalho - e com a convicção de que muitas coisas mais ficaram por aprofundar, além daquelas que foram trabalhadas, terminamos fazendo uma autocrítica aos próprios relatos apresentados, com os quais contribuímos no decorrer da prática de estágio - como a forma com que as descrições são feitas e os termos que são empregados nos estudos e posteriores pareceres, despertando no sentido de entender algumas questões: Será que o Serviço Social não se "imbui" de outras profissões (nestes casos, medicina, direito), de outros olhares referentes às situações e, ainda, passa absorver o conteúdo destas outras áreas, concebendo este conteúdo como a "verdade", deixando de lado um olhar social mais abrangente?

Voltando a própria atuação enquanto estagiária no judiciário: será que não agi de forma "relapsa" quando no caso de número 2 deixei de escutar uma senhora idosa, que apesar de ter uma deficiência visual, ainda faz parte da sociedade agindo e cumprindo certamente com os seus deveres de cidadã?

Será ainda, que no caso de número 4, a jovem de 24 anos talvez não perdera um direito (civil - interdição) devido à negligência de um outro direito, ou seja, o acesso à saúde - com um tratamento adequado à sua patologia? Em suma, será que a negação de um direito (social) não levou essa jovem a perder um outro direito (civil)?

Diante de todas as questões apresentadas, acreditamos que muitas respostas permaneçam em aberto.

Enfim, tais preocupações por si só, por mais que possam elucidar diversas questões que envolvem o processo de interdição, não possuiriam valor operacional algum, caso o objetivo dessa busca não fosse vislumbrar o papel do Assistente Social, as possibilidades de melhoria na prestação e análise crítica do trabalho realizado.

Por fim, este trabalho poderia estar sendo visto, como o aprimoramento técnico do Serviço Social para uma contribuição mais efetiva frente ao objetivo máximo da profissão, que é a justiça social e conquista da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, BRUNO & KRUGER. O Trabalho da Perícia Social. Logos Revista de Divulgação Científica, Ano 6, n.º 1, Canoas, ULBRA, 1º Semestre, 1994. Pp.20-25.

ARAÚJO, José Prata de. Manual de Direitos da População - As reformas constitucionais e o impacto nas Políticas Sociais. Belo Horizonte; Ed. O lutador, 1998 (cap-4).

BONETTI, Dilséa Adeodata, SILVA, Marlise Vinagre, SALES, Mione Apolinário, GONELLI, Valéria, M.M(orgs). Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996.

CARVALHO, João Andrades. Tutela, curatela, visita e pátrio poder. 1.ed. Rio de Janeiro: AIDE, 1995. 216p.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 53, p. 126-144, mar. 1997.

GOHN, Maria da Glória. A formação da cidadania no Brasil através da lutas e dos movimentos sociais. In: **GOHN, Maria da Glória, SOUZA, Rosa Fátima, KAUCHAKJE, Samira.** Movimentos Sociais e Cidadania. São Paulo: HUCITEC, 1996.

JÚNIOR, Aluísio Santiago. Direito de Família. Belo Horizonte: Inédita, 1998. 477p.

MADURO, Otto. Mapas para a festa: reflexões latino-americanas sobre a crise e o conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1994. 196 p.

MARX, Karl. Contribuição a crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OLIVEIRA, Francisco. "Vulnerabilidade Social e Carências de Direitos". In: Cadernos ABONG. Série Especial. Out. CNAS e ABONG. São Paulo.1995(p.9-19).

PAIVA, Beatriz. "Políticas Sociais: Algumas Determinações Fundamentais" in: A Assistência como política pública: uma contribuição ao Estudo da Loas. Dissertação de Mestrado, UFRJ,1993.

SOUZA, Herbert de. Ética e cidadania. São Paulo: Moderna,1994.

ANEXOS

DADOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nome da aluna: Andréia Daiana Santos

Matrícula: 9611604-8

Ano do desenvolvimento do Estágio I: 1998

Semestre: 98.1

Nome do local de estágio: Fórum Comarca de Florianópolis - Vara da Família

Nome do Supervisor de Instituição: Alcebir Dal Pizzol

Nome da Supervisora da UFSC: Marly Venzon Tristão

Número de horas desenvolvidas: 216hs

Ano do desenvolvimento do Estágio II: 1998

Semestre: 98.2

Nome do local de estágio: Fórum Comarca de Florianópolis - Vara da Família

Nome da Supervisora da Instituição: Alcebir Dal Pizzol

Nome da Supervisora da UFSC: Marly Venzon Tristão

Número de horas desenvolvidas: 216hs

Ano do desenvolvimento do Estágio II: 1999

Semestre: 99.1

Nome do local de estágio: Fórum Comarca de Florianópolis - Vara da Família:

Nome do Supervisor da Instituição: Alcebir Dal Pizzol

Nome da Supervisora da UFSC: Kátia Rebelo Macedo

Número de horas desenvolvidas: 216hs

Declaração Universal dos Direitos do Homem

Artigo I - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com respeito e fraternidade.

Artigo II

- 1) Todos os homens tem a capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.
- 2) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território dependente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III - Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança social.

Artigo IV - Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V - Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI - Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII - Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou por lei.

Artigo IX - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X - Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação contra ele.

Artigo XI

- 1) Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual tenham lhe sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- 2) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicada ao ato delituoso.

Artigo XII - Ninguém será sujeito a interferência em sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra ou reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII

- 1) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- 2) Todo homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a ele regressar.

Artigo XIV - Todo homem, vítima de perseguição, tem direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada pôr crimes de direito comum ou pôr atos contrários aos objetivos e princípios da Nações Unidas.

Artigo XV

- 1) Todo homem tem direito a uma nacionalidade.
- 2) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI

- 1) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar

uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

- 2) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.
- 3) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo XVII

- 1) Todo homem tem direito a propriedade, só ou em sociedade com os outros.
- 2) Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII - Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo XIX - Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de

procurar, receber e transmitir informações e idéias pôr quaisquer meios independentemente de fronteiras.

Artigo XX

- 1) Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associações pacíficas.
- 2) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI

- 1) Todo homem tem o direito de tomar parte do governo de seu país diretamente ou pôr intermédio de representantes livremente escolhidos.
- 2) Todo homem tem igual direito de acesso ao serviço público de seu país.
- 3) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, pôr sufrágio universal, pôr voto secreto ou pôr processo equivalente que assegure a liberdade do voto.

Artigo XXII - Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, e à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Artigo XXIII

- 1) Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- 2) Todo homem, sem qualquer distinção, tem o direito a igual remuneração pôr igual trabalho.
- 3) Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão se necessário, outros meios de proteção social.
- 4) Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV

Todo homem tem direito a repouso e lazer inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo XXV

- 1) Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à

segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice, ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2) A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais.

Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI

1) Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais, religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII

Todo homem tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de usufruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

- 1) Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII

Todo homem tem direito a uma ordem social e internacional em que seus direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIX

- 1) Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- 2) No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito aos direitos e liberdade de

outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem publica e do bem estar de uma sociedade democrática.

- 3) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destina do à destruição dos quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.